

Temas Livres

Intersetorialidade e transversalidade no orçamento para a Economia Solidária: a lógica da própria solidariedade

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2024.2.7>

 **Caio Luis Chiariello**

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Faz Pós-doutoramento em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

E-mail: caiochiariello@ufgd.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9726-5133>

 **Sérgio Azevedo Fonseca**

Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Adjunto do Departamento de Administração Pública da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e no Programa de Pós-Graduação em Administração e Sociedade, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

E-mail: sergio.fonseca@unesp.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8457-2668>

186

RESUMO: A Economia Solidária propõe a atuação de trabalhadores de forma coletiva, formando empreendimentos para geração de trabalho, renda e cidadania. Para tanto, demandam sua inclusão na agenda governamental para formulação de ações para o fortalecimento de suas atividades. Este texto aborda os aportes do Orçamento Federal para a Economia Solidária de 2004 a 2020, por meio de Programas e Ações orçamentárias específicas, sob o prisma da intersectorialidade e transversalidade de várias unidades orçamentárias, em que os aportes orçamentários foram arquitetados e cotizados por diferentes entes. A metodologia é de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com dados coletados por meio de análise documental. Os resultados revelaram que houve um esforço pela intersectorialidade e transversalidade entre unidades orçamentárias para viabilizar a disponibilização de recursos para a Economia Solidária, na perspectiva da solidariedade, no período sob foco.

PALAVRAS-CHAVE: Agenda governamental; Orçamento federal; Empreendimentos de economia solidária.

Recebido em: 28/02/2023

Aprovado em: 17/06/2025



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

O surgimento de empreendimentos populares de caráter solidário passou a fazer parte do universo do mundo do trabalho e dos debates sobre uma outra forma de economia a partir do início da década de 1990, no Brasil. Baseados na livre associação, no trabalho coletivo e na autogestão, suscitaram intensa investigação da natureza de sua produção e gestão, como parte da construção teórica da Economia Solidária. Esses empreendimentos representam a junção de duas noções historicamente dissociadas - economia e solidariedade - sugerindo a inserção do elemento solidário no centro da elaboração de suas atividades e relações econômicas (França Filho, 2002).

Compreendidos inicialmente enquanto instâncias de tímida reação de trabalhadores e trabalhadoras ao desemprego e deterioração das relações de trabalho, os empreendimentos solidários, segundo Gaiger (2006), se mostraram um eficiente fator de geração de trabalho e renda, possibilitando a continuidade coletiva de suas atividades, com perspectiva de sobrevivência. Ademais, a existência desses empreendimentos pôde ser entendida como um movimento de resistência ao processo de precarização das condições de vida de trabalhadoras e trabalhadores. Surgiram em um momento de franca ascensão do ideário neoliberal.

A disposição de trabalhadores e trabalhadoras em desenvolver suas potencialidades enquanto agentes do planejamento, organização e operação do processo produtivo, por meio do trabalho, segundo França Filho (2002), é motivada pela construção de um projeto político de sociedade, admitindo-se que:

A possibilidade de uma outra forma de regulação da sociedade através da ideia de economia solidária, significa reconhecer uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida de indivíduos em sociedade, não-centrada nas esferas do Estado e do mercado (França Filho, 2002, p. 13).

Eid *et al.* (2010) explicitam a necessidade de os empreendimentos solidários buscarem a expansão das experiências coletivas, atuando junto aos movimentos sociais dos quais muitas vezes são egressos, lutando simultaneamente por políticas públicas que vão além do simples assistencialismo e que atendam às suas necessidades pontuais. Evidencia-se aí o importante papel que passa a desempenhar o Estado como agente institucional no apoio ao fortalecimento do campo da economia solidária.

Esse é o contexto que motivou a realização da pesquisa cujos resultados passam a ser relatados neste artigo. Para sua condução, a pesquisa se pautou pela busca de respostas à seguinte questão direcionadora: quais foram as diretrizes, as orientações e as medidas adotadas pela agenda governamental brasileira, por meio de dotações orçamentárias intersetoriais e transversais, conducentes ao fortalecimento da Economia Solidária, no período compreendido entre 2004 e 2020? E aqui reside justamente o objetivo deste estudo: apurar os valores orçamentários direcionados para a Economia

Solidária, identificando as Unidades Orçamentárias responsáveis pelo aporte dos valores, com vistas à comprovação da importância da intersectorialidade e transversalidade institucional no apoio à Empreendimentos de Economia Solidária.

Para a condução da pesquisa, a estratégia metodológica adotada percorreu as seguintes escolhas: quanto à abordagem, a caracterização como pesquisa qualitativa, sobretudo em virtude de se tratar de uma investigação em profundidade sobre um fenômeno único; quanto à natureza, trata-se de pesquisa descritiva, por relatar a trajetória dos orçamentos federais para a economia solidária durante um período de tempo delimitado; quanto ao delineamento, pode ser enquadrada como *survey*, por estabelecer paralelismos entre as diferentes Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) compreendidas no período sob investigação; no que toca às fontes de dados trata-se de pesquisa documental, focada nos textos dos Planos Plurianuais (PPAs) e das LOAs; finalmente, quanto à tipologia dos dados, a pesquisa se enquadra na categoria de mista, por se valer de dados quantitativos e qualitativos que, para Creswell (2010) se complementam e para Sampieri *et al.* (2013) possibilitam um melhor entendimento do fenômeno sob estudo.

A título de reconhecimento, vale lembrar que a pesquisa é fortemente tributária dos trabalhos de Silva (2010; 2017; 2018a; 2018b), nos quais também são apresentados levantamentos em torno da execução orçamentária federal, intermediada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e tendo como beneficiário o ecossistema brasileiro de Economia Solidária.

Para o alcance dos seus propósitos o artigo está estruturado em sete seções, incluindo esta introdutória. A próxima aborda a inclusão da ES na agenda governamental brasileira. A seguinte, trata da transversalidade e intersectorialidade em políticas públicas, notadamente no caso da SENAES. A quarta, desvenda a presença da solidariedade no orçamento público. A quinta, mostra a presença da intersectorialidade e da transversalidade nos PPAs. A sexta, contempla os resultados, em caráter descritivo, reflexivo e crítico. A derradeira, é dedicada às conclusões e considerações finais.

2 A Economia Solidária na agenda governamental nas duas primeiras décadas do século XXI

A leitura da inserção da Economia Solidária na agenda das políticas públicas para a Economia Solidária-(ES), em seus aspectos quantitativos e qualitativos, permite apurar em que medida ocorre o esforço, por parte do Estado, em promover ações que transformem positivamente a realidade dos empreendimentos da ES, contribuindo para a promoção de atividades produtivas, comercialização, geração de trabalho e renda e sua consolidação, afinal, como defendem Faria e Sanches (2011):

Não se trata de compreender a Economia Solidária como política contingencial e compensatória de enfrentamento a momentos de aguçamento das crises do capital, pois ela representa um projeto que coloca em questão o modelo de desenvolvimento hegemônico e

aponta para a necessidade de construção de um novo projeto societal (Faria; Sanches, 2011, p. 421).

Ora, se em Harvey (2005) o Estado é partícipe do tensionamento resultante da hegemonia do capital, se apresentando como árbitro da divisão das frações do excedente econômico entre as classes sociais, esboçando a correlação de forças entre essas classes, temos que o Estado não é um ente passivo, mas ativo na manifestação de sua inclinação para determinado projeto político. No caso brasileiro, Oliveira (1998) já vaticinou que temos um Estado mínimo para o trabalhador e máximo para o capital e, mais recentemente, omisso diante da apropriação privada do fundo público para remunerar as elites rentistas, que são as mesmas elites do atraso (Souza, 2017).

O registro da ES na agenda pública remonta a meados da década de 1990, quando se assistiu à formação de empreendimentos solidários no país. Foram acionados mecanismos de suporte aos produtores rurais em assentamentos de reforma agrária, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996 que, entre suas linhas, apoiava associações e cooperativas de trabalhadores do campo.

Outra iniciativa de direcionamento de recursos públicos para o campo da ES teve como protagonistas as Universidades Públicas, pelas incubadoras de empreendimentos solidários e de cooperativas populares. A atuação da universidade no interior da Economia Solidária se manteve constante, validando a ideia da hélice tripla, conjugando historicamente Universidade, Estado e Sociedade (Morais; Bacic, 2019).

As incubadoras passaram a concorrer aos editais do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), criado em 1997, tendo como signatários a Financiadora de Estudos e Projeto (FINEP), o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil e o Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional (COEP).

A partir de 2003, o PRONINC passou a aportar, por editais públicos, recursos para a consolidação e ampliação das ações das incubadoras, propiciando atividades sistemáticas de formação, assessoria e acompanhamento, abrangendo desde o surgimento até a conquista de sua autonomia organizacional e viabilidade econômica (Eid, 2004).

Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 também se verificou a mobilização de governos estaduais e municipais para apoiar as iniciativas de economia solidária, com a criação de secretarias e coordenadorias de economia solidária, atuantes junto a empreendimentos e trabalhadores para reverter o quadro de desemprego, contribuindo para o desenvolvimento local (Eid, 2011).

Foi a partir de 2003, contudo, com o início de um governo tido como popular, que teve início a inclusão, na agenda do governo federal, de políticas públicas passíveis de dinamizarem as ações voltadas para a economia solidária, algo já repesado desde a década de 1990. A esse respeito, Capella (2007) ensina que ocorrem mudanças na composição das agendas públicas quando emergem problemas e questões até então em estado de adormecimento, que demandem equacionamentos pelo poder público. Em outro estudo, Capella e Brasil (2015) examinam a existência de microssistemas

(micro *policy systems*), que não estão no radar das agendas já estabelecidas e inexistem nos debates eleitorais e na imprensa, como por anos foi o caso dos trabalhadores da Economia Solidária.

Foi a partir da ação do Fórum de Economia Solidária, de sua visibilidade nas edições do Fórum Social Mundial, de repercussão global no início dos anos 2000, que uma agenda mais consistente para o tema da Economia Solidária e seus atores foi elaborada. A criação, em 2003, de uma Secretaria para a incorporação da economia solidária na agenda política, a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), então vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), deflagrou uma vontade política até então não institucionalizada e a inclusão da Economia Solidária em uma agenda não residual. De forma emblemática, foi conduzido à direção da SENAES o professor Paul Israel Singer, estudioso, militante e teórico pioneiro nas reflexões sobre a ES no Brasil.

Para Faria e Sanches (2011), a SENAES representou um arranjo entre diversos ministérios e órgãos públicos para a introdução da economia solidária como eixo estruturante transversal de políticas públicas, o que ficará evidente mais adiante, na análise dos dados orçamentários. Orientada para dar visibilidade à economia solidária como objeto de políticas públicas, a SENAES se conduziu por uma estratégia singular em termos de articulação. Em lugar de postular a concentração de programas e recursos internamente, a SENAES passou a estabelecer parcerias entre e com ministérios e entes públicos, munida da percepção do caráter transversal da economia solidária e dos vasos comunicantes com outras áreas que não apenas aquelas voltadas à geração de trabalho e renda (Schiachets, 2011).

Dentre as diversas ações transversais, Faria e Sanches (2011) enumeram parcerias nas áreas da saúde, educação, qualificação laboral, ciência e tecnologia, cultura, pesca, desenvolvimento social, segurança alimentar, mineração, habitação, meio ambiente, Agenda 21, igualdade racial e de gênero, finanças solidárias, dentre outras.

Nos anos que se seguiram à sua criação, mais particularmente a partir de 2004, dois fenômenos se evidenciaram em se tratando da SENAES: o primeiro, o crescente reconhecimento, em âmbito nacional, do seu protagonismo enquanto agente de formulação e de implementação de políticas públicas para a ES; o segundo, diretamente imbricado com o primeiro, o sempre ascendente manejo de recursos públicos, oriundos do orçamento federal, até o ano de 2012, que passaram a ser direcionados para ações e instituições capazes de contribuir para o fortalecimento da ES no país.

A partir de 2012, contudo, tendo como raiz a crise social, política e econômica instaurada em 2013, as políticas públicas para a ES passam a ser desidratadas, processo esse acelerado a partir de 2015 e que teve como um dos seus marcos o mês de junho de 2016 quando a SENAES é rebaixada a subsecretaria, sendo finalmente extinta em janeiro de 2019, primeiro mês do governo Bolsonaro.

Com a extinção da SENAES, a temática da Economia Solidária foi alojada residualmente no Ministério da Cidadania, na Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana. Também nos demais órgãos federais verificou-se a retirada da Economia Solidária da pauta orçamentária.

3 O debate sobre a intersectorialidade e a transversalidade em políticas públicas

Ao se debruçar em reflexões em torno do manejo do orçamento público, a constatação da complexidade dos múltiplos problemas sociais enseja a concepção de novos arranjos de gestão focados na integração de políticas públicas. Tais arranjos têm sido objeto de interesse de atores envolvidos com a gestão pública e com a academia, aventando estratégias para a promoção de soluções conjuntas, de caráter intersectorial e transversal.

A concepção de intersectorialidade enseja uma lógica de ação coletiva entre agentes do setor público, do meio empresarial, do setor privado não empresarial e, não menos relevante, das comunidades.

No caso ora estudado, a intersectorialidade pressupõe ações integradas entre múltiplos agentes visando à solução de problemas sociais complexos, cujas origens são de diversas ordens, demandando, como defende Cunill-Grau (2016), a busca de relações de colaboração não hierarquizadas para seu enfrentamento.

Um obstáculo para a implementação de ações intersectoriais, segundo Veiga e Bronzo (2014), reside no fato de a administração pública ser verticalizada e compartimentada, dificultando que fenômenos heterogêneos, multidimensionais, e espacialmente distintos possam sejam tratados conjuntamente. Diante disso, a intersectorialidade pode permitir uma abordagem horizontal e parêla dos problemas encontrados, abrindo-se novos canais de governança colaborativa e participativa, mais permeáveis à participação de diversos atores da sociedade, seja nos âmbitos do planejamento, da gestão ou da execução. Neste diapasão, ainda de acordo com Veiga e Bronzo (2014), novas estruturas de governança são adotadas, assumindo estratégias de articulação intersectorial entre atores para que a administração pública possa obter melhores níveis de efetividade. Complementando, os autores defendem que “[...]a intersectorialidade implicaria mudanças organizacionais e de gestão, modificações nas concepções dos profissionais, na cultura organizativa dos diferentes setores e na alocação de recursos financeiros, técnicos e humanos, dentre outros” (Veiga; Bronzo, 2014, p. 600).

Oriundo da área da saúde, o debate sobre a intersectorialidade se expandiu para o campo das políticas públicas, especialmente daquelas com foco em programas sociais de redução da pobreza e da desigualdade social, no Brasil e América Latina.

Um conceito correlato ao de intersectorialidade é o de transversalidade, entendida enquanto vetor diagonal entre campos do saber que se entrelaçam, na busca de integração entre áreas compartimentadas na administração pública, para uma articulação e reunião de diferentes instâncias, buscando sinergia e reciprocidade, ao mesmo tempo que mantém independência (Souza, 2015). Na perspectiva do Ipea (2009) a adoção da transversalidade na agenda governamental pressupõe uma atuação interdepartamental, mediante a criação de fóruns horizontais de diálogo e processo decisório, onde recursos, conhecimentos e técnicas se imbricam nos espaços institucionais para atuação em sinergia, formando redes entre órgãos e gestores. A partir dessas redes, são fomentadas relações de confiança e reciprocidade com coordenação lateral, em reposta às hierarquias verticais e centralizadas.

Contudo, para Oliveira (2014), a transversalidade não consiste apenas em articular diferentes secretarias e setores administrativos e burocráticos, mas em ensejar uma nova forma de se refletir sobre a gestão, permitindo que novos resultados sejam alcançados, compreendendo a multidimensionalidade dos problemas sociais com que se depara. De acordo com Brugué (2008), a perspectiva da transversalidade é essencial no contexto das políticas públicas, uma vez que confrontam diferentes pontos de vista, formando uma inteligência coletiva, qualificando a tomada de decisões e, conseqüentemente, a otimização de recursos públicos. Pode-se refletir que a transversalidade deve avançar para além de ações complementares e contribuições, fazendo com que áreas setoriais sejam permeadas pelas temáticas em tela, revisando seus significados e suas práticas.

Já Junqueira (2004) e Benevides (2005) apontam que a intersectorialidade e a transversalidade devem ser operacionalizadas pela formação de redes que almejem intervenções inovadoras, mediante interações entre atores que possam ter divergências quanto a objetivos específicos, mas que aceitam convergir agendas. Para tanto, devem ser criados instrumentos de cogestão, de formulação conjunta de políticas e de busca de resultados, solidarizando o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas com uma maior participação institucional.

No que toca ao presente estudo, a intersectorialidade e a transversalidade se fizeram presentes na atuação da SENAES, arquitetada pelo seu Secretário, Paul Singer. A SENAES se mostrou instância detentora da agenda das políticas públicas para a Economia Solidária a partir de 2003, consolidada na Política Nacional de Economia Solidária em 2012. Segundo Azevedo *et al.* (2016):

A Política Nacional de Economia Solidária, aprovada no ano de 2012, caracteriza-se como transversal e intersectorial, já que a formulação e execução de muitas das ações propostas nesta política, só se efetivam por meio da cooperação institucional entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e outros ministérios e secretarias (Azevedo *et al.*, 2016, p. 10).

Como poderá ser observado adiante, a participação de diferentes setores e instâncias da administração pública federal, especialmente na composição orçamentária, tornou possível a elaboração de Programas e Ações que contemplassem as demandas de empreendimentos de Economia Solidária, seus trabalhadores e trabalhadoras.

4 A elaboração orçamentária sob a perspectiva da intersectorialidade e da transversalidade: a lógica da solidariedade

No Brasil, a elaboração e proposição da Lei Orçamentária Anual (LOA) é de competência do Poder Executivo, contendo os três orçamentos: fiscal, seguridade social e investimentos das empresas públicas. Apresenta as macrodiretrizes, a previsão de receitas e a destinação de despesas. Cada LOA deve ser avaliada, debatida, aprimorada e aprovada pelo Poder Legislativo anualmente (Giacomongi, 2010). A confecção da LOA é norteadada pelo Plano Plurianual (PPA), elaborado para duração de 4

anos, com início da vigência a partir do segundo ano de um mandato governamental, ou seja, tem a mesma duração de um mandato, mas não coincidente com ele, justamente para permitir que uma gestão se inicie comprometida com a finalização dos programas da gestão anterior, evitando rupturas drásticas. A partir do norte dado pelo PPA, a LOA é arquitetada, contemplando em seus Programas e Ações o direcionamento do orçamento público, a fim de atingir as metas desejadas e esperadas em consonância com o PPA.

Na elaboração do PPA 2004-2007, durante o primeiro mandato do Presidente Lula, Rodrigues e Xavier (2017) identificaram uma maior inserção de temas transversais como orientação de gestão conjunta para resolução de problemas complexos e multifacetados, exigindo atuação mais articulada com órgãos da administração pública federal, algo presente também no PPA 2008-2011.

O PPA 2012-2015, já durante o Governo Dilma Rousseff, foi o que deu maior ênfase às agendas intersetoriais e transversais, arquitetando um processo de gestão participativa, especialmente via Fórum Interconselhos. Para Couto (2021), embora vislumbra-se temas sociais e públicos, como população em situação de rua, mulheres, negros, indígenas, dentre outros, a agenda ocupou um espaço central na elaboração do PPA e as dotações orçamentárias transversais se fizeram presentes.

As marcas da intersectorialidade e da transversalidade também estiveram presentes no PPA 2016-2019, no qual, segundo Couto (2021):

Em temáticas como quando da indicação de temas como o uso múltiplo da água, economia solidária e desenvolvimento rural sustentável também como agendas transversais. Mais ainda, no PPA 2016-2019, buscou-se também refletir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se constituíam por meio de transversalidades e multissetorialidades (Couto, 2021, p.22).

O autor aponta, contudo, para a perda do caráter transversal a partir da alternância do poder executivo já em 2016. Autores como Marcondes *et al.* (2018) também identificaram a proposição mais incisiva da transversalidade na composição orçamentária a partir do PPA 2012-2015, na constituição da “Agenda Transversal” pelo Executivo Federal. Nas palavras dos autores “[...] a transversalidade é recorrentemente associada a políticas que priorizam a atenção a determinados grupos, especialmente, no contexto de criação de órgãos para coordená-las” (Marcondes *et al.*, 2018, p.26).

Incorporados historicamente ao debate sobre políticas públicas direcionadas para questões de raça, gênero e inclusão de minorias em direitos, os conceitos de intersectorialidade e transversalidade também recebem a temática da Economia Solidária. Nesse diapasão, como já mencionado, a incumbência de gerir políticas públicas e orçamentos para as ações voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária a partir de 2004 ficou a cargo da SENAES, que articulou todo um arranjo de gestão orçamentária integrado com demais entes.

5 Os PPAs, a intersectorialidade e a transversalidade nas ações para a Economia Solidária

Como já exposto, a proposição estratégica da intersectorialidade e da transversalidade para a consecução das ações de Economia Solidária estão presentes na redação dos Planos Plurianuais pelo Executivo Federal, enfatizando o carácter integrado das políticas públicas para a Economia Solidária.

Assim, perpassa a articulação para o alcance de objetivos nas esferas da geração de trabalho e renda, do crédito, da segurança alimentar, do desenvolvimento territorial rural, da gestão de resíduos sólidos, do desenvolvimento local, da comercialização, entre outros.

Na mensagem governamental que apresenta o PPA 2004-2008, pode-se verificar a menção à Economia Solidária como mecanismo para geração de trabalho e renda, em que:

A busca pela inclusão social é refletida também pelo programa Economia Solidária em Desenvolvimento, cujo objetivo será promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. O programa apoiará as iniciativas orientadas pelos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade, estimulando a formação de redes de relações sociais que reduzam a dependência do mercado. O programa fomentará até 2007 a geração de trabalho e renda com o apoio a mais de 2.000 empreendimentos voltados para atividades de economia solidária (Brasil, 2019, p.74)

194

No âmbito institucional, ministérios, secretarias e fundos legais tiveram a incumbência de planejar ações orçamentárias sob a forma de políticas públicas para a Economia Solidária. No Plano Plurianual 2008-2011 verificou-se o aumento no número de Programas e Ações, bem como de participação de unidades orçamentárias. Essa diversificação representou uma maior capilaridade no direcionamento dos valores para Ações, mostrando uma sofisticação em termos de arquitetura orçamentária.

Já no PPA 2012-2015 várias ações direcionadas para a Economia Solidária foram condensadas em poucas ações. A temática da Economia Solidária está referenciada ao longo do corpo do texto do PPA, com destaque para os seguintes trechos:

a) No tocante a temas relevantes para o desenvolvimento:

O PPA orienta os investimentos para o desenvolvimento do território. Nesse sentido, os valores previstos objetivam elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Cerrado; gerar 106.770 postos de trabalho nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) firmados; apoiar a organização produtiva de 5.600 empreendimentos econômicos solidários, 109 sendo, no mínimo, 30% de grupos de mulheres e disponibilizar suporte adequado que permita a melhoria das condições de produção e comercialização favorecendo a inclusão produtiva sustentável de 50.000 famílias, dentre outras iniciativas (Brasil, 2019, p.108);

b) No que se refere à importância do crédito público:

[...] cabe estimular o investimento produtivo dos micros e pequenos empreendedores urbanos, o que inclui desde as Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedores Individuais e os empreendimentos econômicos autogestionários e coletivos, próprios da Economia Solidária; além de garantir o investimento em inovação tecnológica e em empreendimentos próprios do setor de Turismo, Exportação e Agricultura Familiar (Brasil, 2019, p.169);

c) Em referências ao Plano Brasil Sem Miséria:

Por fim, vale ressaltar o papel das políticas públicas de trabalho, emprego e renda para a implementação do Plano Brasil Sem Miséria, na inclusão produtiva dos mais pobres mediante cursos de qualificação profissional, intermediação de emprego, ampliação da política de microcrédito e incentivo à economia popular e solidária (Brasil, 2019, p.170);

d) Na abordagem de Políticas e Temas Especiais:

Entre as metas do PPA 2012-2015 para esse segmento [Economia Solidária] temos: certificar os produtos e serviços de 5 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário; criar e fortalecer 200 redes de produção e comercialização; incluir 200 comunidades nas finanças solidárias; promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária e promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários (Brasil, 2019, p.275-276).

195

A ênfase textual dada à Economia Solidária no PPA 2012-2015 esteve expressa na maior dotação orçamentária de todo o período estudado às políticas públicas para a ES.

O PPA 2016-2019 foi elaborado em uma conjuntura marcada pelo desaquecimento da economia nacional, no campo da produção interna e da arrecadação. Mesmo tendo sido arquitetado na gestão Dilma Rousseff, teve início no governo de seu sucessor. Em outras palavras, o PPA foi elaborado em uma gestão, mas executado em outras duas, com perfis políticos bastante diferentes.

A Economia Solidária está expressa no texto da mensagem governamental do PPA 2016-2019, com passagens como: “Fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, e promoção do trabalho associado, da cooperação, da autogestão e dos empreendimentos solidários.” (Brasil, 2019, p.38); “O problema da menor remuneração da mulher pelo mesmo trabalho persiste, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Nesse sentido, a capacitação e o crédito solidário são importantes instrumentos para promover a emancipação da mulher” (Brasil, 2019, p.85).

O Programa Trabalho Decente e Economia Solidária também é bastante mencionado e vislumbra algumas metas:

No Programa Trabalho Decente e Economia Solidária cabe mencionar as Metas de promoção da qualificação profissional de 760 mil trabalhadores no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda [...] e o apoio e fortalecimento de 20 mil empreendimentos econômicos solidários (Brasil, 2019, p.49).

O que se verificou de fato, contudo, no período de 2016 a 2019 foi o enxugamento ano a ano do orçamento e o desmonte das políticas públicas para a Economia Solidária. Tal processo já se evidenciava a partir de 2013, mas a queda vertiginosa de recursos alocados permite inferir que não houve vontade política para a continuidade, a consolidação e a perenidade na presença do Estado, ao menos no âmbito Federal, em relação à Economia Solidária.

6 Resultados e discussão

Nesta seção será apresentada a compilação dos valores do orçamento federal destinados às ações de Economia Solidária nos anos de 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020. A apresentação das LOAs referentes a esses anos é proposital, uma vez que são as primeiras LOAs nos sucessivos PPAs, ilustrando os Programas Orçamentários e sua transversalidade em termos de distintas Unidades Orçamentárias. O quadro 1 estampa a síntese dos resultados obtidos com os dados coletados, compreendendo a relação dos programas contemplados pelas LOAs, as Unidades envolvidas e os correspondentes valores atualizados pelo IPCA de janeiro de 2023.

Na LOA de 2004 são apresentados oito programas cotizados por sete unidades, versando sobre diferentes objetivos. Na LOA 2008 comparecem 11 programas cotizados por sete unidades. Na LOA 2012, que teve o maior aporte histórico para a Economia Solidária, são elencados quatro programas fomentados por oito unidades. Na LOA 2016, já em cenário de retração orçamentária, duas unidades cotizaram três programas e, por fim, a LOA 2020, com apenas um programa com aporte de uma única unidade, demarcando o abandono do orçamento para a Economia Solidária no período recente.

O quadro 1 demarca a inclusão da Economia Solidária nas LOAs, a maior diversidade de programas e maior participação de Unidades Orçamentárias, expressando a transversalidade e permitindo visualizar sua trajetória ao longo do período sob análise.

Quadro 1 – A Economia Solidária no orçamento federal entre 2004 e 2020

LOAs	Programas	Unidade Orçamentária	Valores (R\$ mil)
2004	Qualificação Social e Profissional	FAT	61.454 (24,25%)
	Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	INCRA	1.752 (0,69)
	Economia Solidária em Desenvolvimento	MTE e FNAS	170.809 (67,13%)
	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais	MIN	5.439 (2,4%)
	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido	MIN	1.462 (0,57%)
	Luz para Todos	MIN	1.462 (0,57%)
	Resíduos Sólidos Urbanos	MIN	2.033 (0,80%)
	Aquicultura e pesca no Brasil	SEAP	10.018 (3,94%)
	Total		254.434
2008	Qualificação Social e Profissional	FAT	128.758 (26,45%)
	Ciência, Tecnologia e Inovação para inclusão e desenvolvimento social	MTE	477 (0,10%)
	Artesanato brasileiro	MTE	954 (0,20%)
	Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	INCRA	41.052 (8,43%)
	Economia Solidária em Desenvolvimento	MTE e FNAS	215.009 (44,18%)
	Desenvolvimento sustentável de territórios rurais	MDA	53.835 (11,06%)
	Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais	MIN	1.024 (0,21%)
	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido	MIN	5.546 (1,14%)
	Resíduos Sólidos Urbanos	MTE	34.751 (4,14%)
	Gestão da política aquícola pesqueira	SEAP	5.012 (1,03%)
	Promoção do desenvolvimento da faixa de fronteira	MIN	286 (0,06%)
	Total		486.711
2012	Agricultura Familiar	MDA	34.007 (0,03%)
	Desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária	MTE, MIN/SUDENE, MDS e MDA	749.186 (77%)
	Resíduos Sólidos	MTE e MDS	221.473 (22,82%)
	Pesca e aquicultura	MPA	4.963 (0,51%)
	Total		1.009.629
2016	Fortalecimento e dinamização da Agricultura Familiar	MDA	24.597 (18%)
	Promoção do trabalho decente e economia solidária	MTE	28.451 (21%)
	Qualidade ambiental	MTE	78.317 (0,60%)
	Total		131.363
2020	Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	Administração Direta	20.457 (100%)
	Total		20.457

Fonte: LOAs 2004-2021.

Elaborado pelos autores.

Com base nos dados do quadro 1, extraem-se os dados do quadro 2, correspondentes à distribuição da dotação orçamentária advinda de cada unidade orçamentária, com os valores e o

comparativo dos aportes das diversas instâncias administrativas do Executivo federal nas LOAs de 2004 a 2020, bem como os percentuais de participação feitos por cada unidade nos últimos 18 anos.

Quadro 2– Unidades orçamentárias das Ações para a Economia Solidária, valores e percentual (2004-2020)

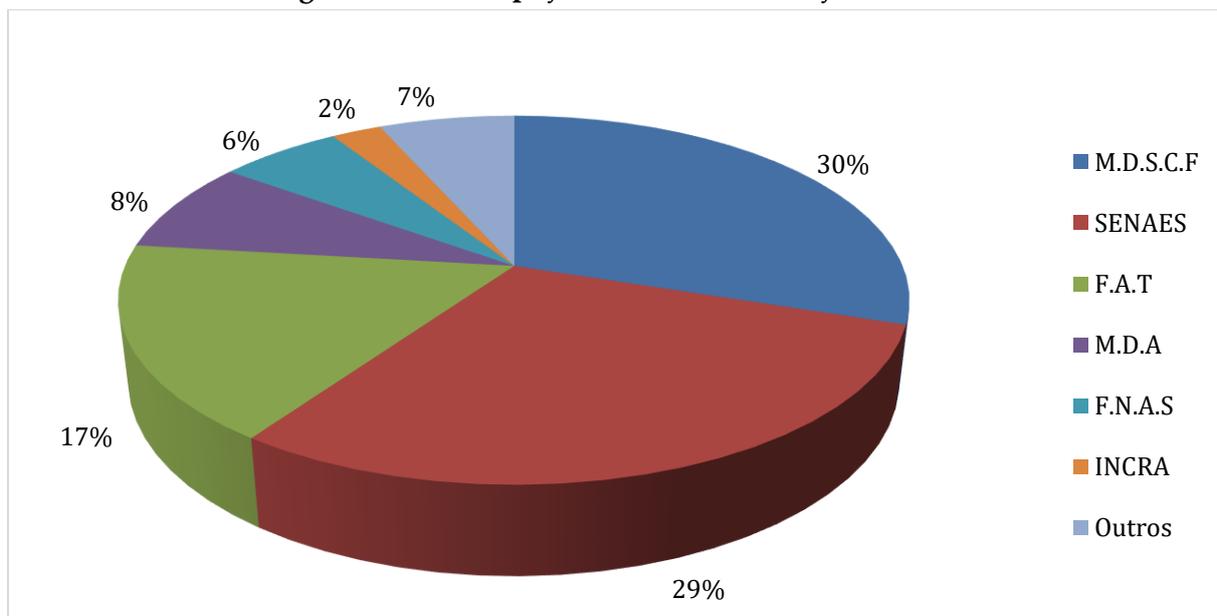
Unidade Orçamentária	Valor 01/2023	% do Total
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDSCF	R\$ 1.762.075.508,47	30,03%
Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES	R\$ 1.741.080.808,06	29,67%
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	R\$ 1.007.733.640,38	17,17%
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	R\$ 473.874.443,66	8,08%
Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 350.762.623,73	5,98%
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA	R\$ 142.789.332,43	2,43%
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	R\$ 114.377.163,54	1,95%
Ministério da Integração Nacional - MIN	R\$ 94.277.147,61	1,61%
Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA	R\$ 82.201.782,66	1,40%
Administração Direta	R\$ 34.413.527,36	0,59%
Ministério da Cidadania	R\$ 26.565.207,12	0,49%
Ministério do Trabalho - MT	R\$ 26.278.084,83	0,45%
Fundo Nacional de Cultura - F.N.A.C	R\$ 6.127.393,65	0,10%
Ministério de Minas e Energia - MME	R\$ 2.514.641,85	0,04%
TOTAL	R\$ 5.865.071.305,35	100%

Fonte: LOAs 2004-2021.

Elaborado pelos autores.

Já a Figura 1 apresenta a visualização da partilha do orçamento para a economia solidária, cotizada pelas unidades orçamentárias que mais aportaram recursos, permitindo observar as “fatias” de contribuição e o esforço político de cada uma das unidades ao longo do período estudado.

Figura 1 – Participação das Unidades Orçamentárias



Fonte: LOAs 2004-2019.

Elaborado pelos autores.

199

Conforme pode ser notado no Quadro 2 e na Figura 1, as unidades orçamentárias que mais cotizaram foram o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e o MTE, por meio da SENAES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)MTE, que responderam juntos por quase 80% dos valores totais.

O MDS foi criado em janeiro de 2004, com o objetivo de promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza. O Ministério implementou inúmeros programas e políticas públicas de desenvolvimento social nas três esferas de governo, mediante parcerias com instituições da sociedade civil e órgãos de fomento financeiro nacionais e internacionais, na busca pela formação de uma rede de proteção e promoção social que revertesse o ciclo de pobreza para a promoção da cidadania. Em 2019, o MDS também foi rebaixado a uma secretaria junto ao Ministério da Cidadania.

O FAT é um fundo especial vinculado ao Ministério do Trabalho, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico, tais como os programas para qualificação de mão-de-obra voltados para trabalhadores atuantes em empreendimentos de economia solidária.

Acerca da SENAES, vale registrar que sua atuação junto ao MTE, especializada em políticas públicas para a economia solidária, foi de grande relevância. Em valores, o orçamento total da SENAES de 2004 a 2019 foi de R\$ 1.741.080.808,06, correspondendo a 30% do total de R\$ 5.865.071.305,35 destinados à ES. As diversas ações desenvolvidas, a cada ano, detalhadas anteriormente, demonstram seu raio de atuação e sua orquestração das ações transversais em conjunto com diversas instâncias.

Nesse aspecto, vale mencionar importante estudo de Silva (2018), que revisa o papel das políticas públicas a cargo da SENAES, abordando a trajetória da Secretaria e sua atuação no decorrer da alternância dos PPAs.

A partir dos dados do Quadro 1 com a exemplificação da compilação das ações orçamentárias, no Quadro 2, com a totalização dos valores cotizados pelas unidades orçamentárias, e sua repartição visível no Figura 1, pode-se inferir que a proposta de atuação integrada, transversal, da SENAES, orquestrando as inúmeras ações orçamentárias para a economia solidária, se transcreveu em uma política interministerial ao longo dos anos, ao menos durante a existência da SENAES.

O detalhamento das unidades orçamentárias envolvidas e dos valores aportados permite inferir que houve, entre 2004 e 2012, uma preocupação real na articulação de uma estrutura interinstitucional, intersetorial e transversal, para direcionamento de ações concretas e crescentes para a economia solidária. Várias instâncias no interior de distintos ministérios cotizaram as Ações, muitas delas com continuidade por vários anos, outras com menor duração para suprirem demandas pontuais, em valores crescentes até 2012, passando a decrescer a partir de 2013. A partir de então o que se assistiu foi a involução da dotação do fundo público para a economia solidária, chegando a um patamar irrisório em 2020 e 2021, suprimindo a presença de quase todas as instâncias Federais envolvidas, acompanhado pelo réquiem da SENAES.

A presença da Economia Solidária na agenda governamental, em especial com a criação da SENAES, coincide com o início do governo Lula no Brasil, com uma plataforma progressista e de participação dos movimentos sociais, inclusive na definição dos recursos orçamentários de políticas públicas. Durante o governo Dilma Rousseff, que sucede o governo Lula com o mesmo alinhamento político, observa-se a maior alocação de recursos para a Economia Solidária nos primeiros anos da gestão, mas com decréscimo concomitante com a crise política e econômica. Já a partir do governo Michel Temer e, em especial, com o governo eleito em 2018, a Economia Solidária perde consideravelmente seu lugar na agenda governamental, vindo a praticamente desaparecer a partir de 2019, algo alinhado com a política ultraliberal instalada na agenda econômica do Brasil.

7 Conclusão

Neste estudo foi realizada uma análise das dotações orçamentárias para a economia solidária nas LOAs de 2004 a 2020, sob o prisma da intersectorialidade e da transversalidade na participação de diversas unidades orçamentárias na composição conjunta dos esforços para dar suporte aos empreendimentos da economia solidária, seus trabalhadores e trabalhadoras.

Frente ao esvaziamento recente da participação das instâncias, do seu aporte de recursos de forma integrada, além da quase inexistência de recursos públicos para a economia solidária, abre-se espaço para um cenário bastante adverso para a prospecção de recursos públicos. Ficam à deriva empreendimentos que se propõem a proporcionar trabalho, renda, dignidade, cidadania, sentido

coletivo para milhares de trabalhadoras e trabalhadores, mas que ficam alijados de acessar o fundo público para fortalecimento e perenidade de suas atividades. Cenário que passou a ser progressivamente agravado a partir do advento da pandemia do COVID19, com perspectivas absolutamente incertas para o futuro.

O que fica patente nesse panorama é a urgência em se revigorar uma atitude militante por parte dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos, toda a gama de apoiadores e simpatizantes, para a reconquista do espaço da economia solidária e seus empreendimentos na agenda governamental. Afinal, os repasses do erário para o setor financeiro, sob a forma de pagamento do principal da dívida pública e os seus serviços, os juros, não cessaram ou foram reduzidos, ou seja, os esforços do Estado para com a reprodução do capital jamais esmoreceram (Fatorelli; Ávila, 2020). Mas todo fundo público é composto pela captação da riqueza gerada pelo trabalho de toda uma sociedade, e sua partilha entra na dinâmica dialética da correlação de forças entre as classes sociais. Não se pode admitir passivamente a moratória social e, no interior dela, a descontinuidade do apoio à economia solidária, um projeto coletivo, com lampejos de emancipação da classe trabalhadora.

Uma nota final nestas considerações é a (re)criação, no início de 2023, no terceiro mandato do Presidente Lula, da SENAES, novamente vinculada ao Ministério do Trabalho, sob a gestão de Gilberto Carvalho, nome ligado historicamente aos movimentos sociais especialmente do campo. O “renascimento” da SENAES aponta para a reinserção da Economia Solidária na agenda governamental, e a expertise na intersectorialidade e da transversalidade demonstrada neste texto pode aventar caminhos para a recomposição orçamentária e de políticas públicas para os trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária, tema a ser estudado.

Ademais, novos estudos acerca desta retomada da Economia Solidária na agenda pública podem contribuir com o debate presente neste trabalho, seja para analisar a perspectiva da intersectorialidade e transversalidade nesta “retomada” da SENAES, quer para abordar a questão orçamentária voltada para a Economia Solidária nos níveis subnacionais, que seja, os orçamentos estaduais e municipais. Espera-se assim que este estudo contribua para com o debate sobre as políticas públicas para Economia Solidária, imprescindíveis para sua perenidade.

8 Referências

AZEVEDO, F. F; ALIÓ, M. À; SILVA, R. P. Espacialidade da economia solidária no Brasil. **Biblio 3W** - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XXI, nº 1.148, 2016.

BENEVIDES, R. A Psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces?. **Psicologia & Sociedade**, 17(2), p. 21-25, 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 2004–2007**: desenvolvimento, produtividade e inclusão social. Mensagem Presidencial.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 2008–2011**: desenvolvimento, produtividade e inclusão social. Mensagem Presidencial.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 2012–2015**: desenvolvimento, produtividade e inclusão social. Mensagem Presidencial.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual 2016–2019**: desenvolvimento, produtividade e inclusão social. Mensagem Presidencial.

BRUGUÉ, Q. **Transversalidad**: del concepto a la práctica, de las ideas a los resultados. Disponível em: http://ccss.entitatsgi.cat/files/23-2186-document/transversalitat_del_concepte_a_la_practica_pdf.2008. Acesso em: 20 de mai. 2023.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G. *et al.* (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 87-121, 2007.

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos-CEBRAP**, (101), p. 54-76, 2015.

COUTO, L. F. Faces e funções: o (des)uso do PPA a partir de suas funcionalidades e a instabilidade orçamentária. **Boletim de Análise Político-institucional**, N° 27. IPEA, p. 19-28, 2021.

CRESWELL J. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNILL-GRAU, N. A intersectorialidade nas novas políticas sociais: uma abordagem analítico-conceitual. **Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2016.

EID, F. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: PIKANÇO, I; TIRIBA, L. (Orgs). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. 1 ed., v.1. Aparecida - São Paulo: Ideias & Letras, p. 167-188, 2004.

EID, F; SEVERINO, M; CHIARIELLO, C. L; PIMENTEL, A. E. B. Cadeias produtivas em assentamentos de reforma agrária. In: DAL RI, N. M. (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Marília: Cultura Acadêmica, 1 ed., v. 1. Marília, p. 43-66, 2010.

EID, F. Economia Solidária, desenvolvimento organizacional e cooperativismo rural. In: LOPEZ, J. D. G. (Org.). **Estrategias y acciones de desarrollo rural a través de cooperativas y emprendimientos solidarios**. Baixo Tocantins (Pará-Brasil). Alicante: Editora da Universidade de Alicante, p. 29-54, 2011.

FARIA, M. S.; SANCHEZ, F. J. B. A economia solidária no Governo federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. In: BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. **Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária**. São Paulo: Expressão Popular, p.413-425, 2011.

FATORELLI, M. L.; ÁVILA, R. **Auditoria Cidadã da Dívida**. Disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, p. 9-19, 2002.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, p. 181-211, 2003.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2010.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, 13(1), p.25-36, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias. in IPEA. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, 2009.

MARCONDES, M. M; SANDIM, T. L; DINIZ, A. P. R. Transversalidade e intersetorialidade: mapeamento do debate conceitual no cenário brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, 10 (1), p.22-33, 2008.

MORAIS, L. P; BACIC. M. J. A Importância do ecossistema empreendedor para a economia social e solidária (ESS): avanços, retrocessos e desafios atuais no Brasil. **Revista da ABET**, v. 18, n. 1, p.3-21, 2019.

RODRIGUES, J. A. M; XAVIER, E. de M. A transversalidade e os Planos Plurianuais: a história contada por três ciclos de elaboração e gestão do plano federal. **REBAP - Revista Brasileira de Administração Política**, v. 10, n. 2, p. 83-105, 2017.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, M. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHIOCHET. V. Políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. In: BENINI, E. A; FARIA, M. S; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. **Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária**. São Paulo: Expressão Popular, p.443-452, 2011.

SILVA, S. P. A economia solidária e os desafios da gestão pública. **Revista Outra Economia**, v. 4, n. 7, p. 62-82, 2010.

SILVA, S. P. A economia solidária no PPA 2012-2015. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 63, p. 57-70, 2017.

SILVA, S. P. **Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: uma análise acerca da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2018a.

SILVA, S. P. A política de Economia Solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma. **Texto para discussão**/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2018b.

SOUZA, W. F. Intersectorialidade e transversalidade em políticas públicas para as juventudes no Brasil. In 8º Congresso Latino-Americano de Ciência Política, Anais. Lima, Peru, 2015.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à lava-jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VEIGA, L; BRONZO, C. Estratégias intersectoriais de gestão municipal de serviços de proteção social: a experiência de Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, v. 48(3), p. 595-620, 2014.

Budget intersectorality and transversality budget for the solidarity economy: the solidarity logic

ABSTRACT: The Solidary Economy proposes the collective activities by workers on solidarity enterprises, to get occupation, income and citizenship. It's important their inclusion into the public agenda, for public policies formulation to reinforce their activities. In this paper, we analyze the common efforts of many Federal agencies setting a Federal Budget for the Solidary Economy from 2004 to 2021, through specific budget programs and actions, under the prism of intersectorality and transversality of various budgetary units, in which budgetary Programs and Actions were designed and priced by different entities. From a methodological point of view, the approach is quali-quantitative, in an exploratory and descriptive perspective, with data collected through documentary analysis. The results showed the effort to implement transversality between budgetary units to enable the availability of resources for the Solidarity Economy, from the perspective of solidarity.

KEYWORDS: government Agenda; federal budget; solidarity economy enterprises.

Integración y transversalidad en el presupuesto de la Economía Solidaria: la lógica de la solidaridad

206

RESUMEN: La Economía Social propone el trabajo de manera colectiva, formando empresas solidarias para generar trabajo, ingresos y ciudadanía. Por ello, exigen su inclusión en la agenda pública para la formulación de acciones para fortalecer sus actividades. Este texto aborda los aportes del Presupuesto Federal para la Economía Social de 2004 a 2021, a través de programas y acciones presupuestarias específicas, bajo el prisma de la interseccionalidad y transversalidad de unidades presupuestarias, en el que los Programas y Acciones presupuestarias fueron diseñados y valorados por diferentes entidades. Desde el punto de vista metodológico, el enfoque es cuali-cuantitativo, en una perspectiva exploratoria y descriptiva, con datos recolectados a través del análisis documental. Los resultados revelaron que hubo un esfuerzo por implementar la transversalidad entre las unidades presupuestarias para posibilitar la disponibilidad de recursos para la Economía Solidaria, desde la perspectiva de la solidaridad.

PALABRAS CLAVE: Agenda gubernamental; Presupuesto federal; Empresas de economía social.